

HORA DE MUDAR

Crise exige flexibilidade nas
relações de trabalho

NOVO MODELO

Projeto desobriga Petrobras
como operador único

APOIO À INOVAÇÃO

Edital SESI SENAI financia
ideias transformadoras

Indústria **BRASILEIRA**

Revista da Confederação Nacional da Indústria | Ano 1 | nº 1 | Abril 2016

INFRAESTRUTURA

O CAMINHO DO CRESCIMENTO



Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA



VOCÊ É O PRIMEIRO INVESTIDOR

DA SUA

IDEIA

DEIXE O **EDITAL SENAI SESI DE INOVAÇÃO** SER O SEGUNDO.

O **EDITAL SENAI SESI DE INOVAÇÃO** É O INCENTIVO DE QUE MUITA IDEIA PRECISA PARA IR PARA FRENTE.

Se você busca desenvolver novos produtos, processos e serviços inovadores no âmbito industrial, agora é sua chance. Inscreva sua ideia no Edital SENAI SESI de Inovação e obtenha apoio para inovação tecnológica, protótipos de inovação ou soluções para saúde e segurança do trabalhador. Com isso, os maiores vencedores são o aumento da competitividade e da produtividade das empresas.

SAIBA MAIS EM EDITALDEINOVACAO.COM.BR
E NÃO PERCA A OPORTUNIDADE DE FAZER
PARTE DO FUTURO DA INDÚSTRIA BRASILEIRA.

f /senainacional
t /senainacional
i /senai_nacional
You Tube /senair

f /sesinacional
You Tube /sesi

Realização:



Iniciativa da CNI - Confederação Nacional da Indústria



CARTA AO LEITOR

A mais grave crise econômica e política da Nova República, inaugurada em 1985, coincide com lançamento da revista Indústria Brasileira. A visão editorial da revista, contudo, está centrada em proposições e exemplos de ações concretas capazes de recuperar o país e construir as bases de uma economia sólida, dinâmica, eficiente e sustentável.

Nossa matéria de capa deslinda os nós da infraestrutura que impõem gargalos logísticos ao setor produtivo e dificultam as exportações brasileiras. Especialistas no assunto e um estudo da Confederação Nacional da Indústria (CNI) apontam as principais soluções para o problema, que passam, por exemplo, pela imediata retomada das concessões de portos e rodovias.

Outro tema de destaque nesta edição é o Projeto de Lei 4.567, de 2016, que desobriga a Petrobras de ser operador único do pré-sal e pode reativar o setor de óleo e gás. Aprovada no Senado, a proposição está sendo analisada por comissão especial da Câmara dos Deputados. Sobre o assunto, a revista ouviu o deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA), relator do projeto na Câmara, e o senador José Serra (PSDB-SP), autor da proposta.

Esta edição também mostra, entre outros temas, as vantagens das soluções negociadas entre empregados e empregadores para a preservação de postos de trabalho, registra o lançamento do Fórum de Competitividade das Exportações (FCE) e fala sobre o Edital SESI SENAI de Inovação, que vai apoiar com quase R\$ 24 milhões ideias transformadoras de pequenas, médias e grandes empresas.

Este novo veículo de comunicação da CNI, dirigido prioritariamente à sua base de representação, às autoridades políticas e aos formadores de opinião, pretende oferecer uma referência exhaustiva e atualizada das principais ações em defesa da indústria nacional e do desenvolvimento brasileiro.

Boa leitura!

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI

PRESIDENTE

Robson Braga de Andrade

VICE-PRESIDENTES

Paulo Antonio Skaf; Antônio Carlos da Silva; Paulo Afonso Ferreira; Paulo Gilberto Fernandes Tigre; Flavio José Cavalcanti de Azevedo; Glauco José Côrte; Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira; Edson Luiz Campagnolo; Jorge Parente Frota Júnior; Eduardo Prado De Oliveira; Jandir José Milan; José Conrado Azevedo Santos; Antonio José De Moraes Souza Filho; Marcos Guerra; Olavo Machado Júnior.

DIRETORES

Francisco de Assis Benevides Gadelha; José Carlos Lyra de Andrade; Alexandre Herculano Coelho de Souza Furlan; Jorge Wicks Côrte Real; Sérgio Marcolino Longen; Antonio Rocha da Silva; Heitor José Müller; Carlos Mariani Bittencourt; Amaro Sales De Araújo; Pedro Alves De Oliveira; Edilson Baldez Das Neves; Roberto Proença De Macêdo; Roberto Magno Martins Pires; Rivaldo Fernandes Neves; Denis Roberto Baú; Carlos Takashi Sasai; João Francisco Salomão; Julio Augusto Miranda Filho; Roberto Cavalcanti Ribeiro; Ricardo Essinger.

CONSELHO FISCAL

João Oliveira de Albuquerque; José da Silva Nogueira Filho; Francisco de Sales Alencar; Célio Batista Alves; José Francisco Veloso Ribeiro; Clerlânio Fernandes de Holanda.

DIRCOM – Diretoria de Comunicação CNI/SESI/SENAI/IEL

Diretor

Carlos Barreiros

Gerente-executivo de Jornalismo

Rodrigo Caetano

DESENVOLVIMENTO e PRODUÇÃO FSB COMUNICAÇÃO

Consultor editorial

Wladimir Gramacho

Jornalista responsável

Rachel Mello (DF 3877/95)

Reportagem

Camila Sant'Ana

Isabel Sobral

Raquel Ulhoa

Projeto gráfico e editoração

Armando Salmite | FSB Design

Foto de capa

howdy / Shutterstock.com

Informações técnicas: (61) 3317-9472

Fax: (61) 3317-9456

email: revistacni@cni.org.br

Assinaturas: Serviço de Atendimento ao Cliente

Fone: (61) 3317-9992

email: sac@cni.org.br

Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.



**AS REFORMAS QUE
O BRASIL PRECISA**
Especialistas pedem
"âncora de confiança"

6



SUMÁRIO

INDÚSTRIA EM AÇÃO



AGENDA LEGISLATIVA

SAINDO DO FUNDO DO POÇO

Projeto desobriga Petrobras de ser operador único do pré-sal

12

NOVO MODELO

José Carlos Aleluia e José Serra falam sobre petróleo

16

CAMINHO PARA CRESCER

CNI lança Fórum de Competitividade das Exportações

18

COMPETITIVIDADE



CULTURA DA INOVAÇÃO

Edital SESI/SENAI de Inovação apoia ideias com R\$ 24 milhões

20

HORA DE MUDAR

Crise e transformações exigem flexibilidade no trabalho

8

TERMÔMETRO ECONÔMICO



CAPA



GIRO BRASIL



PESSIMISMO COMPLETA UM ANO

Expectativas negativas predominam entre consumidores

26

Estudo e especialistas indicam soluções para entraves logísticos do País

30

Programa da FIEMG oferece alternativas para ampliar negócios internacionais

34

GIRO GLOBAL



CINCO PERGUNTAS PARA



SESI / SENAI / IEL

MAIS GESTÃO, MENOS FALTAS

Programa do SESI estimula gestão do absenteísmo

40

INOVAÇÃO REGIONAL

Instituto SENAI de Inovação fortalece vocações regionais

41

Aliança B20 promove desenvolvimento de cidades inteligentes

36

Mansueto Almeida defende controle de despesas no governo

38

ELOS MAIS FORTES

Programa do IEL aproxima empresas da cadeia produtiva

42

AS REFORMAS QUE O BRASIL PRECISA

ESPECIALISTAS PEDEM “ÂNCORA DE CONFIANÇA” QUE
INTERROMPA A RECESSÃO E PONHA O PAÍS NO RUMO COM
REFORMAS ESTRUTURANTES E AJUSTE FISCAL

Se existe um consenso entre as diversas opiniões sobre a saída para a atual crise econômica brasileira é que ela depende da recuperação da confiança. Para se reverter o cenário de inflação alta, crescimento baixo, falta de crédito e poucos investimentos, alguns apontam o caminho das reformas estruturais, mas que dificilmente sairão antes da resolução da crise política. Outros defendem a imediata redução dos juros para que a economia volte a girar, mas isso depende da reorganização das contas públicas.

“Uma âncora de confiança”, é disso o que o país precisa neste momento, segundo o ex-diretor do Banco Central Carlos Thadeu de Freitas. No campo

das contas públicas, por exemplo, a equipe econômica tem demonstrado mínimo interesse em produzir um ajuste fiscal. Pelo segundo ano seguido, o país deverá fechar suas contas no vermelho. Em março, o governo apresentou proposta que altera o resultado primário de um superávit de R\$ 24 bilhões para uma possibilidade de déficit de quase R\$ 100 bilhões. Um rombo semelhante ao deixado em 2015, quando as despesas superaram as receitas em R\$ 111 bilhões.

Para o economista Marcos Lisboa, diretor do Insper, “a recessão vai continuar enquanto o Brasil não enfrentar uma agenda de reformas que interrompa o aumento da dívida pública com relação ao PIB (Produto Interno Bruto)”. Mas

enquanto a crise política não limpar a pauta do Congresso, a agenda de reformas não avança.

Nesse novo cenário, em que um fio puxa outro, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) tem acentuado sua ação institucional, reconhecendo o sentido de urgência na solução das crises gêmeas, política e econômica. Em artigo publicado no dia 4 de abril no jornal Folha de S. Paulo, o presidente da CNI, Robson Andrade, foi categórico: “A indústria está extremamente apreensiva com o caos econômico, ético e político que enfrentamos. Não podemos aceitar que os interesses maiores dos brasileiros sejam postos em segundo plano em favor de disputas de poder.”



No dia 6 de abril, Andrade entregou pessoalmente aos presidentes da Câmara dos Deputados (Eduardo Cunha) e do Senado Federal (Renan Calheiros) exemplares da Agenda Legislativa da Indústria 2016, que renova o posicionamento institucional da CNI quanto às reformas mais urgentes (leia mais sobre o documento em reportagem na página 18). “A crise precisa ser resolvida urgentemente e nosso papel é estarmos preparados e prontos para trabalhar com o Brasil”, disse Andrade, para quem o resgate da confiança

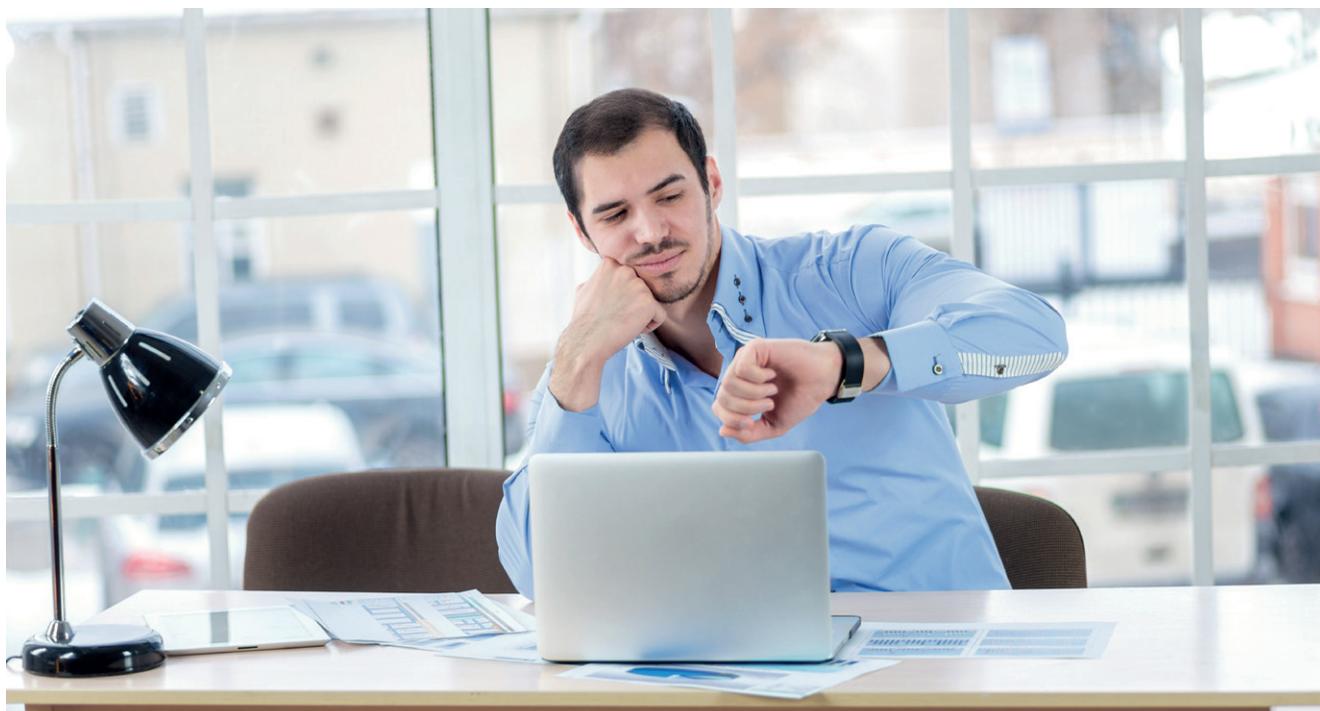
depende do ajuste fiscal crível e das reformas estruturais tributária, previdenciária e trabalhista.

“A indústria está extremamente apreensiva com o caos econômico, ético e político”

Robson Andrade, presidente da CNI

Apesar do cenário adverso, a consistência das ações pró-reforma tem produzido resultados. O professor da

Universidade de São Paulo (USP) Luis Eduardo Afonso, um especialista em temas previdenciários, acredita que num novo governo a reforma no sistema de aposentadorias pode avançar. “Esse tema afeta grupos de interesse e, por isso, se faz no primeiro ano de um governo, quando é maior seu capital político”, lembra. Afonso vê com bons olhos a disposição do governo para reverter a idade mínima de aposentadoria e, sobretudo, o gradual reconhecimento da sociedade brasileira de que essa mudança é necessária.



Maioria dos trabalhadores gostaria de ter flexibilidade para definir horário de trabalho e almoço

HORA DE MUDAR

CRISE ECONÔMICA E TRANSFORMAÇÕES TECNOLÓGICAS EXIGEM MAIS FLEXIBILIDADE NAS RELAÇÕES DE TRABALHO E LIBERDADE DE NEGOCIAÇÃO

Sob tempestade, diz-se que as árvores grandes e rígidas quebram, enquanto as pequenas e flexíveis continuam firmes. Em tempos de crise econômica, essa flexibilidade aplicada às negociações entre empregados e empregadores pode salvar milhares de vagas, segundo especialistas.

Para o consultor em mercado de trabalho Rodolfo Torelly, soluções negociadas são a melhor garantia de emprego num momento em que o País contabiliza o fechamento de quase 2 milhões de vagas formais em 12 meses. “Só quem perdeu o emprego sabe a amputação social que isso significa”, reforça o consultor, ex-diretor do Departamento de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho.

Segundo Torelly, o Programa de Proteção ao Emprego (PPE) deveria ser ampliado, pois evita que demissões aconteçam ao permitir que empresas e empregadores, mediados por sindicatos, reduzam temporariamente, em até 30%, a jornada de trabalho dos empregados, com redução proporcional do salário.

As soluções negociadas ganharam um apoio importante com a posse do ministro Ives Gandra Filho como novo

presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), em fevereiro. Defensor de uma postura “mais racional” da justiça trabalhista, o ministro registrou em seu discurso inaugural o compromisso de buscar “a racionalização judicial, a simplificação recursal e a valorização da negociação coletiva”.

Afinal, além da crise, o avanço da tecnologia e a realidade competitiva mundial também exigem adaptações nas relações trabalhistas. Segundo o economista e consultor Emerson Casali, “há coisas, como funções e jornadas no trabalho, que faz todo o sentido serem negociadas”. Para ele, gera grande insegurança jurídica a postura de alguns juízes do trabalho que negam acordos entre patrões e empregados, uma posição que pode começar a ser revertida durante a gestão de Gandra Filho.

Em artigo recente para o Portal UOL, o presidente da CNI, Robson Andrade, lembrou que “os baixos índices de criação de postos de trabalho preocupam e indicam que, cada dia mais, o embate capital versus trabalho está ultrapassado. Na verdade, o que está em pauta é a questão da inclusão em contraposição à exclusão”.

Pesquisa mostra que trabalhador prefere negociação

A flexibilidade parece ter caído no gosto da maioria dos trabalhadores brasileiros. Veja os números da pesquisa do Ibope Inteligência feita para a CNI e divulgada em março. Dentre os 2002 entrevistados:

73%

QUEREM TRABALHAR DE CASA OU EM LOCAIS ALTERNATIVOS

71%

GOSTARIAM DE TER FLEXIBILIDADE DE HORÁRIO NO TRABALHO

63%

DEFENDERAM PODER ENTRAR EM ACORDO COM O CHEFE PARA TRABALHAR MAIS HORAS POR DIA EM TROCA DE MAIS FOLGAS NA SEMANA

62%

GOSTARIAM DE PODER RECEBER O VALE-TRANSPORTE DIRETAMENTE EM DINHEIRO

58%

PREFERIRIAM REDUZIR A HORA DO ALMOÇO E SAIR MAIS CEDO

53%

GOSTARIAM DE DIVIDIR OS 30 DIAS DE FÉRIAS EM PELO MENOS 2 PERÍODOS

EXCELÊNCIA RECONHECIDA

Ver, ouvir, pensar, falar são capacidades fundamentais de um bom jornalista, o profissional que a Confederação Nacional da Indústria (CNI) reconhece todos os anos com o Prêmio CNI de Jornalismo. Neste ano, com marca renovada, o prêmio distribuirá R\$ 310 mil em 13 categorias: jornal, revista, telejornalismo, radiojornalismo e internet, além de cinco destaques regionais, prêmios especiais para educação e inovação e o Grande Prêmio José Alencar. Poderão concorrer trabalhos veiculados entre 1º de junho de 2015 e 25 de maio de 2016. As inscrições devem ser feitas até 29 de maio pelo site do prêmio, hospedado no Portal da Indústria (www.portaldaindustria.com.br).



Nova logomarca do Prêmio
CNI de Jornalismo



Debate no último encontro da série "CNI Sustentabilidade"

INOVAÇÃO COM SUSTENTABILIDADE

Quais os desafios da indústria para promover inovação com sustentabilidade? Essa é a questão-chave da 5ª edição da série de debates "CNI Sustentabilidade", a ser realizada pela entidade no dia 22 de setembro, no Rio de Janeiro. No encontro, cerca de 500 participantes, sobretudo executivos de multinacionais, vão compartilhar suas visões sobre como a indústria global pode construir uma sociedade mais criativa e sustentável. O "CNI Sustentabilidade" promove diálogo permanente do setor empresarial sobre tecnologias inovadoras, oportunidades e desafios na busca da competitividade com ações corretas nos campos econômico, social e ecológico.

CNI PROMOVE NEGÓCIOS ENTRE BRASILEIROS E EUROPEUS

Empresas brasileiras fecharam **US\$ 4 milhões** em negócios com parceiros europeus durante a rodada organizada pela Rede Brasileira de Centros Internacionais de Negócios (Rede CIN), em parceria com a Apex-Brasil, durante a primeira Pollutec Brasil, ocorrida entre 12 e 14 de abril, em São Paulo. Participaram da rodada 60 companhias nacionais. A Pollutec foi criada na França e é o principal salão internacional de meio ambiente.

**US\$ 4
MILHÕES**

EM NEGÓCIOS
LIGADOS À
CONSERVAÇÃO
AMBIENTAL

“ A CNI exige grandeza, desapego e espírito público de homens e mulheres que ocupam os altos cargos da República, de modo que possamos recuperar o clima de normalidade ”

Robson Andrade, presidente da CNI



José Paulo Lacerda / CNI

PARA VOLTAR A TER ESPERANÇA

Em artigo publicado no jornal *Folha de S. Paulo*, no dia 4 de abril, o presidente da CNI, **Robson Andrade**, fez um apelo público para que o Brasil restabeleça suas plenas condições de governabilidade e que a solução para a crise política seja rápida. O presidente lembrou o quanto é grave a situação econômica e pediu moralidade na condução dos assuntos públicos e eficiência da atividade administrativa para que se estimule a economia e se dê ao Brasil um ambiente favorável aos negócios. Andrade defendeu que o país se concentre na realização de reformas estruturais nos campos tributário, previdenciário e das relações do trabalho. “A CNI exige grandeza, desapego e espírito público de homens e mulheres que ocupam os altos cargos da República, de modo que possamos recuperar o clima de normalidade”, escreveu.

AGÊNCIA CNI DOBRA SUA AUDIÊNCIA

A Agência CNI de Notícias ampliou a produção de conteúdos multimídia e de qualidade e dobrou sua audiência. São textos, fotos, áudios, vídeos, gráficos e infográficos com as principais mensagens-chave do setor. Em 2016, duas novidades: a seção de entrevistas e a de artigos com políticos, acadêmicos e especialistas em temas da indústria. A agência também está apostando na produção de séries de reportagens especiais. As primeiras trataram sobre as necessárias reformas tributária, trabalhista e da Previdência. A audiência da agência já cresceu 106% nos primeiros 100 dias deste ano. Confira!

www.portaldaindustria.com.br/agenciacni



Hangout com participação do jornalista Juri Dantas (esquerda) e o professor Hélio Zylberstajn

José Paulo Lacerda / CNI

Modelo de partilha pode ser revisto e incentivar a indústria a retomar investimentos



SAINDO DO FUNDO DO POÇO

PROPOSTA QUE DESOBRIGA PETROBRAS DE SER OPERADOR ÚNICO DO PRÉ-SAL É MAIOR APOSTA DA INDÚSTRIA PARA REATIVAR SETOR DE ÓLEO E GÁS

Em momentos de incertezas em relação ao rumo da economia, investimentos em infraestrutura oferecem uma valiosa oportunidade para reativar a produção e injetar ânimo em empresas e trabalhadores. Parte dessa complexa tarefa exige medidas que desativem a alocação de recursos e atraiam o interesse do capital privado, seja doméstico ou estrangeiro. Nesse sentido, poucas mudanças em discussão no Congresso Nacional têm potencial de revigorar a indústria como o projeto que desobriga a Petrobras de ser operador único em blocos licitados do pré-sal.

Diante do impacto da medida sobre o ambiente de negócios brasileiro, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) incluiu a proposta que revoga a cláusula de operador único na Agenda Legislativa da Indústria 2016, documento lançado em 7 de abril e que reúne os 121 projetos em tramitação no Congresso Nacional mais relevantes para o setor. O PL 4.567/2016, aliás, figura na Pauta Mínima, que reúne 14 proposições que removem barreiras ao investimento, burocracia, custos e regras que geram insegurança jurídica para as empresas.

Aprovada pelo Senado em 24 de fevereiro e em discussão em comissão especial da Câmara dos Deputados, a proposta altera uma das principais cláusulas do marco regulatório do pré-sal, de 2010. A lei determinou que a Petrobras fosse sócia obrigatória na exploração de blocos licitados sob regime de partilha, com participação mínima de 30% no consórcio vencedor. Tal obrigação foi defendida pelo governo quando existia grande euforia com o pré-sal e o setor de óleo e gás experimentava um inédito ciclo de investimentos em centros de pesquisa e unidades de produção.

“Havia uma quantidade gigantesca de empresas do setor de óleo e gás que procuravam informações para se instalar no Brasil e participar do novo ciclo de desenvolvimento”, lembra o gerente-executivo da Unidade de Políticas Industriais da CNI, João Emílio Gonçalves. Mas, segundo ele, a cláusula pensada para proteger a Petrobras se tornou um fardo insustentável, obrigando-a a ter capacidade financeira e operacional para fazer parte de todas as rodadas de licitações do pré-sal.





Imagem da Petrobras foi abalada por escândalos de corrupção e problemas financeiros

DECLÍNIO – Com as finanças da estatal afetadas pela conjunção de escândalos de corrupção, queda de preço do barril do petróleo e questionáveis decisões de investimentos, o resultado foi desalentador. Em 2015, a Petrobras investiu R\$ 68 bilhões, quase metade dos R\$ 119 bilhões investidos em 2013.

Os impactos da retração do setor têm sido consideráveis na economia e na produção nacional e se alastram por uma das cadeias produtivas mais inovadoras da indústria. Sem novas rodadas, fornecedores de bens e serviços estão sem

ter para quem vender e sem perspectivas para definir um plano de negócios de curto e médio prazos. “É ruim para toda a cadeia de fornecimento, que não tem um horizonte de demanda”, diz Gonçalves. Já se percebe, sobretudo nas cidades cujas economias dependem do dinamismo do setor, o fechamento de empresas e acentuada queda na arrecadação.

Mais grave ainda tem sido o efeito sobre o emprego. Nos últimos dois anos, a Petrobras, suas subsidiárias e prestadoras de serviço demitiram 170 mil pessoas. O efeito maior ocorre na cadeia, e

não na própria estatal, com 85% dos cortes concentrados entre prestadores de bens e serviços. Enquanto o quadro da estatal foi reduzido em apenas 8,7%, o das fornecedoras passou a menos de um quinto, de 176 mil para 31 mil.

Com o fim da participação obrigatória da Petrobras nos consórcios, elimina-se o principal entrave para a realização de novos leilões de blocos do pré-sal. Uma vez retomadas as rodadas, abre-se na cadeia produtiva a perspectiva de haver um cronograma previsível de investimentos que reativem o setor, recuperando empregos e renda.

EM 2013

R\$ 119
BILHÕES

EM 2015

R\$ 68
BILHÕES

A PROPOSTA

Projeto de Lei 4.567/2016 – do senador José Serra (PSDB-SP)

O QUE DIZ

Revoga cláusula do Marco Regulatório do Pré-sal que obriga a Petrobras a ter pelo menos 30% de participação em consórcios para exploração de blocos no regime de partilha

POR QUE A INDÚSTRIA APOIA

A proposta elimina reserva de mercado da estatal e remove importante entrave para a retomada de investimentos no setor de óleo e gás, abrindo espaço para concorrência de outras empresas

ONDE ESTÁ

Aprovado pelo Senado em 24 de fevereiro, está em discussão em comissão especial da Câmara dos Deputados





Ascom Liderança DEM

José Carlos Aleluia, deputado federal pelo DEM da Bahia

NOVO MODELO

RELATOR NA CÂMARA
DO PROJETO QUE
MUDA REGRAS DE
EXPLORAÇÃO DO
PRÉ-SAL, JOSÉ CARLOS
ALELUIA (DEM-BA)
APOIA RECUPERAÇÃO
DA INDÚSTRIA

O que acha do projeto do Senado?

O principal é o do (senador José) Serra, que é muito bom para as circunstâncias atuais, de paralisia da indústria de petróleo. Mas estamos analisando também outros projetos.

A comissão pode optar pelo projeto que acaba com o sistema de partilha?

Depende do cenário nacional. Um novo governo pode possibilitar uma retomada da indústria de petróleo que a torne mais competitiva. Vou ouvir todos que quiserem falar dos diversos modelos possíveis. Mas quero mostrar para os defensores do modelo atual que, mantidas as condições vigentes, o Brasil estará produzindo em 2019 20% a menos do que produz hoje.

Quem deve ser ouvido pela comissão?

Todo mundo que estuda o setor. Vamos fazer uma análise criteriosa das experiências internacionais e da indústria de petróleo atual do Brasil.

Se não for politicamente viável aprovar mudanças mais amplas da legislação, a tendência é aprovar a proposta do Senado?

Sim. O projeto do Serra é ótimo, porque a Petrobras está tecnicamente quebrada. Pertence a um acionista (o Governo Federal) que também está quebrado. É preciso ter muito patriotismo para tratar a questão da Petrobras. Deixar um pouco essa coisa de sectarismo ideológico e tentar fazer uma proposta que tire petróleo debaixo da terra.



José Serra, senador pelo PSDB de São Paulo

CORRIGINDO ERROS

A mudança do modelo de concessão para partilha interrompeu a exploração do pré-sal?

É inegável que a mudança de regime atrasou a exploração. Tudo o que se produz hoje no pré-sal foi leiloado no regime de concessão, antes de 2010. Mesmo que a Petrobras estivesse bem financeiramente, não seria capaz de sozinha fazer os investimentos necessários para explorar os campos já conhecidos.

Quais serão os impactos do seu Projeto de Lei (4.567/2016) para a indústria nacional?

Serão amplamente positivos, uma vez que se mantêm as regras de conteúdo nacional. Como o investimento crescerá, aumentará a demanda de equipamentos para a indústria brasileira.

Opositores da proposta dizem que, se o preço do petróleo subir, o pré-sal terá sido vendido a preço de banana.

Definitivamente não. Se o preço sobe, a parcela da União, em dólares, também sobe. Se, no futuro, o preço quadruplicar, o valor da parcela da União também será multiplicado por quatro.

Como o senhor avalia a situação financeira da Petrobras?

A Petrobras foi depredada pelo PT de várias maneiras: corrupção, investimentos inadequados e controle de preços. Nos EUA, o preço médio do litro da gasolina está em R\$ 2,13, enquanto no Brasil é de R\$ 3,73. Quem está sustentando financeiramente a Petrobras é o consumidor.

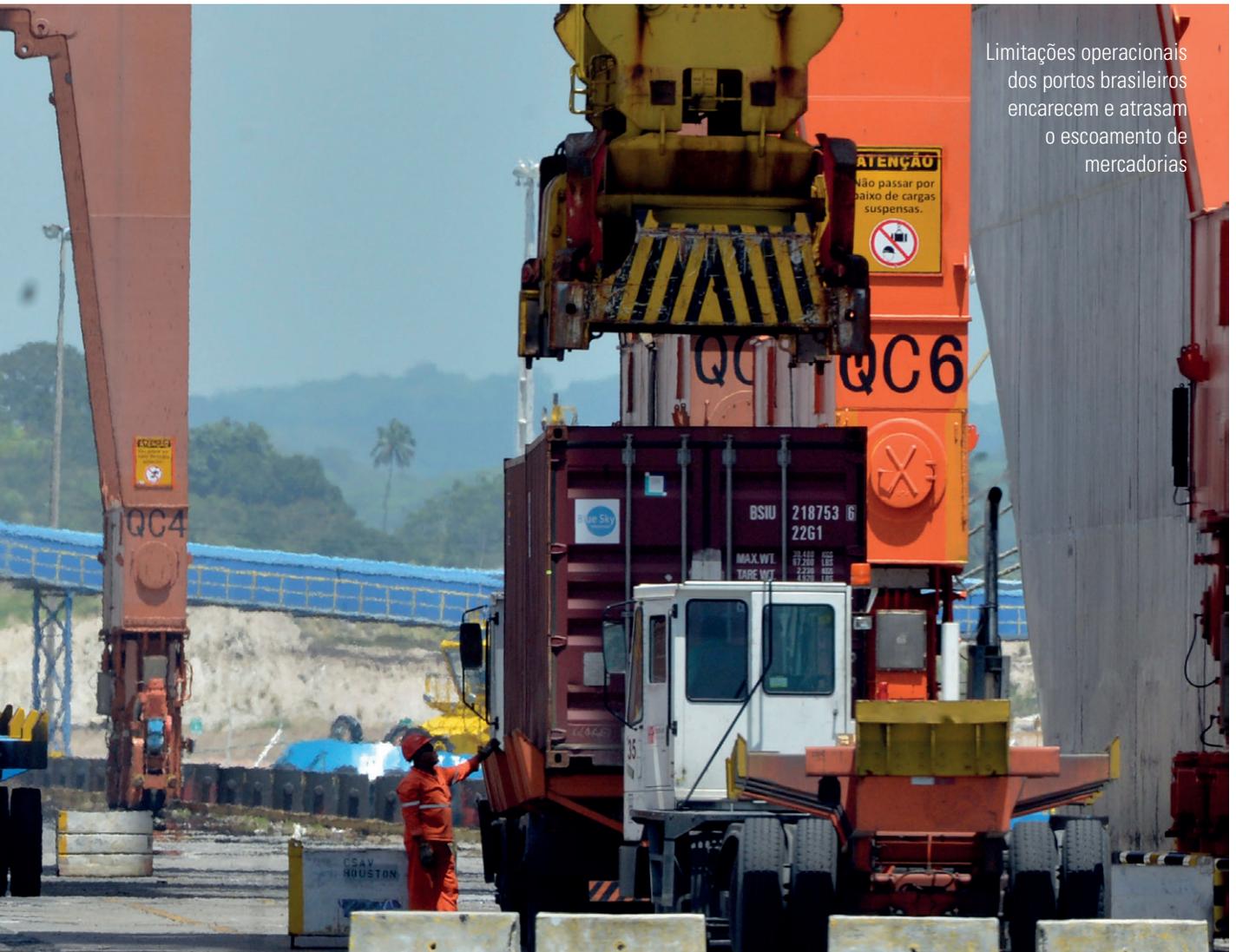
SENADOR JOSÉ SERRA (PSDB-SP) DIZ QUE PETROBRAS ESTÁ SENDO FINANCIADA PELO CONSUMIDOR E QUE SEU PROJETO DE LEI VAI ELEVAR A DEMANDA À INDÚSTRIA NACIONAL



CAMINHO PARA CRESCER

CNI LANÇA FÓRUM DE COMPETITIVIDADE DAS EXPORTAÇÕES

Limitações operacionais dos portos brasileiros encarecem e atrasam o escoamento de mercadorias



Coordenado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), um grupo formado por 35 das maiores empresas exportadoras no Brasil criou, em março, o Fórum de Competitividade das Exportações (FCE). O Fórum vai buscar soluções para elevar as exportações brasileiras, sobretudo as de produtos manufaturados. Para isso, o grupo presidido por Gilberto Peralta (GE do Brasil) formulará propostas para a reforma da política comercial brasileira e acompanhará a implementação do Plano Nacional de Exportações e de outras medidas do governo na área de comércio exterior.

Para a CNI, as exportações são um caminho importante para o Brasil superar a crise e voltar a crescer. A entidade defende que o Brasil ganhará mais

competitividade nas exportações se for capaz de encontrar soluções estruturais para sua política de comércio exterior. Nos últimos meses, a valorização do dólar frente ao real favoreceu as exportações, mas, por outro lado, o dólar alto onera as importações de insumos de muitas empresas e encarece o produto a ser exportado.

As vendas externas de produtos brasileiros, especialmente manufaturados, têm apresentado sucessivas quedas nos últimos cinco anos, o que faz com que o país perca espaços importantes no mercado internacional. No ano passado, as exportações de manufaturados somaram US\$ 72,8 bilhões, o menor valor desde 2009. A participação do Brasil nas exportações mundiais caiu de 1,4% em 2011 para 1,2% em 2014.

COMO AUMENTAR A PARTICIPAÇÃO NO MERCADO INTERNACIONAL

- SOLUÇÃO DOS GARGALOS LOGÍSTICOS
- DESONERAÇÃO TOTAL DAS EXPORTAÇÕES
- AMPLIAÇÃO DA REDE DE ACORDOS COMERCIAIS
- APERFEIÇOAMENTO DAS LINHAS DE FINANCIAMENTO PARA O COMÉRCIO EXTERIOR

A CULTURA DA INOVAÇÃO

EDITAL SESI SENAI DE INOVAÇÃO APOIA IDEIAS DO DESENHO
À EXECUÇÃO COM FINANCIAMENTO PARA PEQUENAS,
MÉDIAS E GRANDES EMPRESAS

Aumentar a capacidade de inovação da indústria é determinante para o Brasil competir em mercados globais. A introdução de novos produtos e serviços, processos, métodos e modelos de gestão ou de negócios aumenta a produtividade e gera empregos de qualidade. Para financiar projetos de inovação, SENAI e SESI criaram edital que pretende ir além do reconhecimento de ideias para o desenvolvimento de produtos, processos e serviços. Querem acompanhar todo o caminho da inovação, desde a qualificação até a execução, passando por avaliações e plano de projeto.

Algumas das ideias apresentadas são inspiradoras. Tem pazinha de sorvete

biodegradável, melhoramento de ração para a criação de jacarés, desenvolvimento de kit de treinamento com uso de realidade virtual, fabricação de porcas sem geração de sucata, sistema de rastreamento de trabalhadores em ambientes inóspitos, e uso de placas feitas de PET reciclado para sinalização de incêndios. Os projetos são apresentados por grandes empresas como a Whirlpool e Natura, e médias e pequenas como a Só Placas, de Goiás. Não importa o tamanho, todas as ideias aprovadas recebem orientação, apoio e avaliação até a execução.

Em 2016, o edital de Inovação oferece até R\$ 400 mil para o desenvolvimento

de projetos, tanto em empresas industriais como em startups de base tecnológica. As duas entidades vão tornar disponíveis neste ano até R\$ 23,6 milhões para o financiamento de projetos, sendo R\$ 20 milhões para projetos do SENAI e R\$ 3,6 milhões para projetos do SESI. No caminho da inovação, 87 Institutos de inovação e tecnologia do SENAI, espalhados por todo o país, são responsáveis por apoiar a execução dos projetos junto com as equipes das empresas que têm suas ideias aprovadas.

As inscrições podem ser feitas pela internet até 7 de novembro. Propostas não qualificadas poderão ser reformuladas e reapresentadas.



1. INSCRIÇÃO

CADASTRE SUA IDEIA NO SITE DO EDITAL.
VOCÊ PODE FAZER ISSO ATÉ 7 DE NOVEMBRO.

Em 2016, o edital conta com instituições-âncora que disponibilizarão recursos extras por meio de desafios. Os temas a serem trabalhados, bem como as regras específicas e os valores serão divulgados no início de cada ciclo.



2. QUALIFICAÇÃO

A cada ciclo, especialistas avaliam se as ideias estão no escopo do edital e se têm uma proposta inovadora interessante. Os resultados serão divulgados nos dias 16/05, 29/08 e 12/12.

Sua ideia foi qualificada?

SIM

NÃO

Com o feedback dos avaliadores, melhore seu plano e envie novamente para ser avaliado no próximo ciclo.



3. PLANO DE PROJETO

Apresente o plano de projeto da sua ideia e todos os documentos obrigatórios para comprovação dos requisitos.



4. AVALIAÇÃO

Especialistas avaliam o plano de projeto.

O plano foi aprovado?

SIM

NÃO

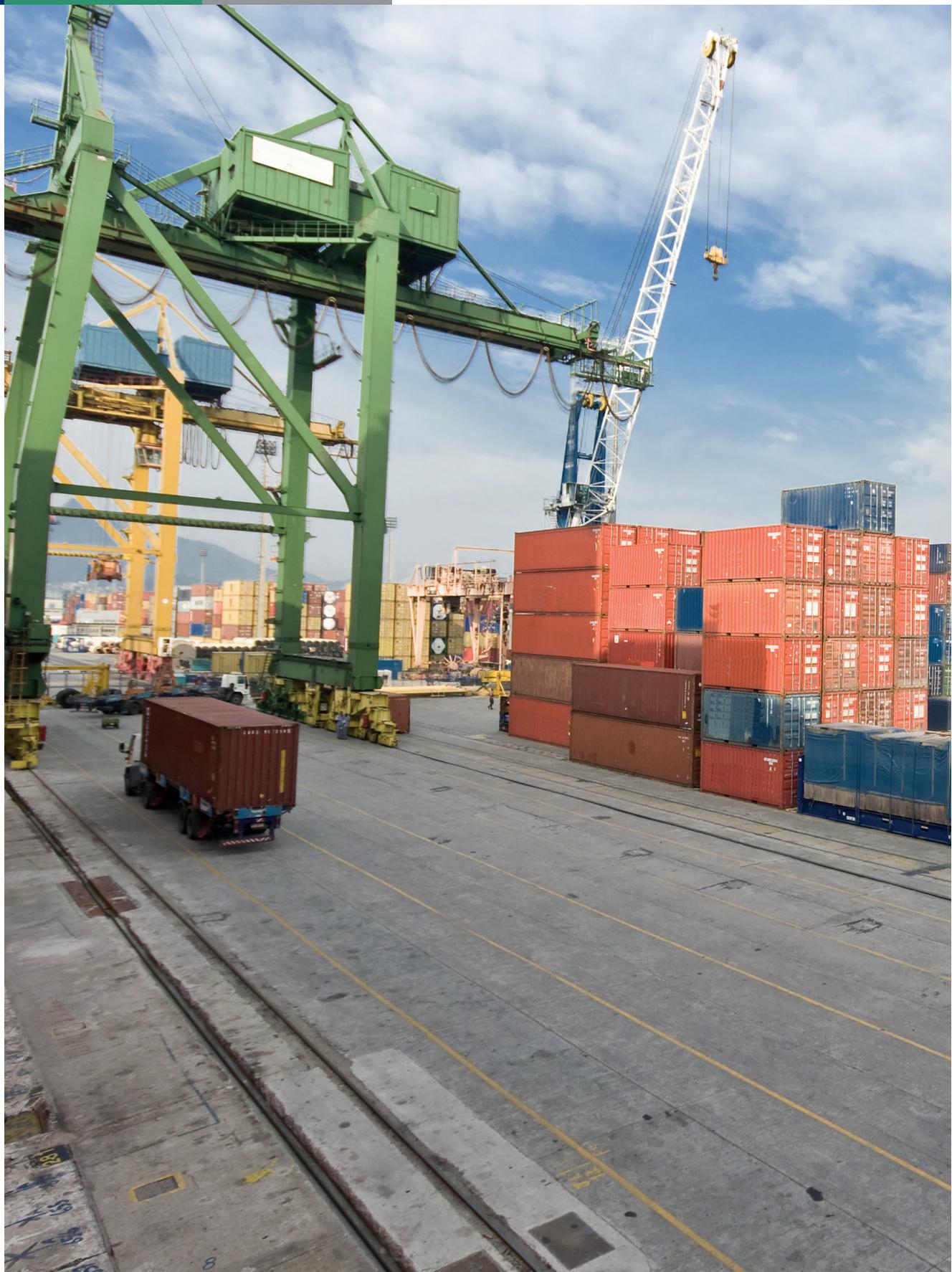
Com o feedback dos avaliadores, melhore seu plano e envie novamente para ser avaliado no próximo ciclo.

As ideias que aderirem aos desafios extras terão bônus na pontuação.



5. EXECUÇÃO

O subsídio para o desenvolvimento do seu projeto está aprovado! Faça a contratação com o SENAI ou o SESI para início das atividades.



Acordo deve simplificar e acelerar processos aduaneiros

ACORDO DE BALI IMPULSIONA EXPORTAÇÕES

TRATADO RATIFICADO PELO BRASIL PREVÊ REDUÇÃO
DE CUSTOS E BUROCRACIA PARA OPERAÇÕES
DE COMÉRCIO EXTERIOR

Importante janela de saída para a crise, o comércio exterior brasileiro deve ganhar impulso com a redução da burocracia e de custos para os exportadores do país. Ratificado pela Presidência da República em março, o Acordo sobre Facilitação de Comércio (AFC) traz novas regras para o comércio internacional com o objetivo de ampliar o volume multilateral de negócios ao simplificar e acelerar processos aduaneiros, tornando-os mais baratos e eficientes para as empresas de todo mundo.

A ratificação do chamado Pacote de Bali é bandeira prioritária da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Aprovado em 2013 em reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC), na Indonésia, o tratado é um marco nas negociações para liberalização do comércio mundial. Para o Brasil, a adoção das regras previstas no acordo deve reduzir em até 38,5% o custo de exportação das empresas nacionais, ampliar a corrente de comércio de US\$ 561 bilhões para US\$ 611 bilhões e elevar o Produto Interno Bruto (PIB) em até 2,03%, segundo estudo da CNI.

“O acordo traz ganhos evidentes ao país. Agora, as prioridades do governo devem ser os compromissos do acordo que ainda precisam de avanços”, diz o diretor

de Desenvolvimento Industrial da CNI, Carlos Abijaodi. Em visita à entidade, em 29 de março, o diretor-geral da OMC, Roberto Azevêdo, afirmou que o comércio internacional pode oferecer boas notícias para setores da economia do Brasil, e a ratificação do acordo trará mais competitividade para as empresas no comércio global.

O Brasil foi o 72º país-membro da OMC a ratificar o acordo, que entrará em vigor quando 108 de seus 161 integrantes aprovarem o tratado. Já subscreveram o documento os 28 membros da União Europeia e países como Estados Unidos, China, Japão e Austrália.

Parte das reformas previstas, contudo, já foram iniciadas por aqui, a partir de iniciativas conjuntas entre setor privado e governo federal. Principal deles, o Portal Único permitirá que exportadoras e importadores reúnam numa única ferramenta eletrônica documentos exigidos por 22 órgãos anuentes do governo.

Entre os benefícios do Portal Único, espera-se reduzir de 13 dias para 8 dias o tempo para liberação de mercadorias para exportação. Estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) avalia que a ferramenta produzirá um aumento progressivo dos embarques da indústria de transformação, que devem crescer 10,3% até 2017, quando o programa estará finalizado.

“O acordo traz ganhos evidentes ao país. Agora, as prioridades do governo devem ser os compromissos do acordo que ainda precisam de avanços”

Carlos Abijaodi, diretor de Desenvolvimento Industrial da CNI

PEQUENAS E MÉDIAS MAIS COMPETITIVAS

AÇÕES EFETIVAS, DE BAIXO CUSTO, ALAVANCAM A PRODUTIVIDADE



Jesus Carlos / Shutterstock.com

Pequenas indústrias têxteis, por exemplo, podem ser beneficiadas pelo programa

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) vai apoiar 3 mil pequenas e médias indústrias com consultorias para aumento da competitividade. A entidade é parte do programa Brasil Mais Produtivo, do Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior (MDIC). Ao longo de 2016 e 2017, essas indústrias vão receber apoio para aumentar em 20% sua produtividade. O SENAI será o coordenador técnico do programa que prevê modificações rápidas e de baixo custo nas empresas para alcançar ganhos expressivos na produção.

O programa é inspirado no projeto-piloto do Indústria Mais Produtiva, desenvolvido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). As 18 empresas participantes desse programa registraram, em média, aumento de 42% na produtividade nos dois anos em que estiveram sob orientação do SENAI. Houve redução de desperdícios com material, energia, movimentação das pessoas e horas extras. Os ganhos na capacidade produtiva garantiram retorno de oito a 108 vezes o investimento realizado.

As inscrições para o Brasil Mais Produtivo já estão abertas: www.brasilmaisprodutivo.gov.br

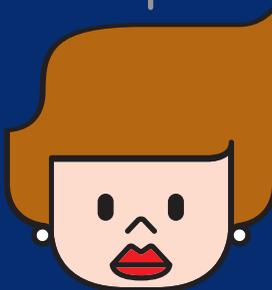
CRISE DE CONFIANÇA

BRASILEIROS DESAPROVAM GOVERNO DILMA ROUSSEFF
E OPINAM QUE O FUTURO DE SUA GESTÃO SERÁ RUIM

Só nos piores meses do des- controle inflacionário duran- te o governo José Sarney, há 30 anos, os brasileiros estive- ram tão insatisfeitos com seu go- verno nacional como agora. Nada menos que 69% dos entrevistados na última rodada da pesquisa CNI- Ibope, realizada em março, avalia- ram a gestão Dilma Rousseff como ruim ou péssima.

Uma proporção ainda maior disse não confiar na presidente (80%) e desaprovam sua mane- ira de governar o País (82%). To- das as nove áreas de atuação do governo avaliadas foram reprova- das, com destaques mais negati- vos para a insatisfação com impostos, taxa de juros e saúde.

Quando compararam a atu- al gestão com o primeiro man- dato da petista, 80% dos brasi- leiros disseram que este gover- no tem sido pior. Mais grave ainda, 68% dos ouvidos na pesquisa esperavam que o restante do gover- no Dilma fosse também ruim ou péssimo.



- 91%** desaprovam a política de impostos
- 90%** desaprovam a atuação na taxa de juros
- 87%** desaprovam a atuação na saúde
- 86%** desaprovam a atuação no combate ao desemprego
- 86%** desaprovam a atuação no combate à inflação

* Pesquisa feita pelo Ibope Inteligência para a CNI; dados coletados entre os dias 17 e 20 de março.

SÉRIE HISTÓRICA DO INEC - ÍNDICE NACIONAL DE EXPECTATIVA DO CONSUMIDOR
(MARÇO 2010 A MARÇO 2016) - BRASIL BASE FIXA

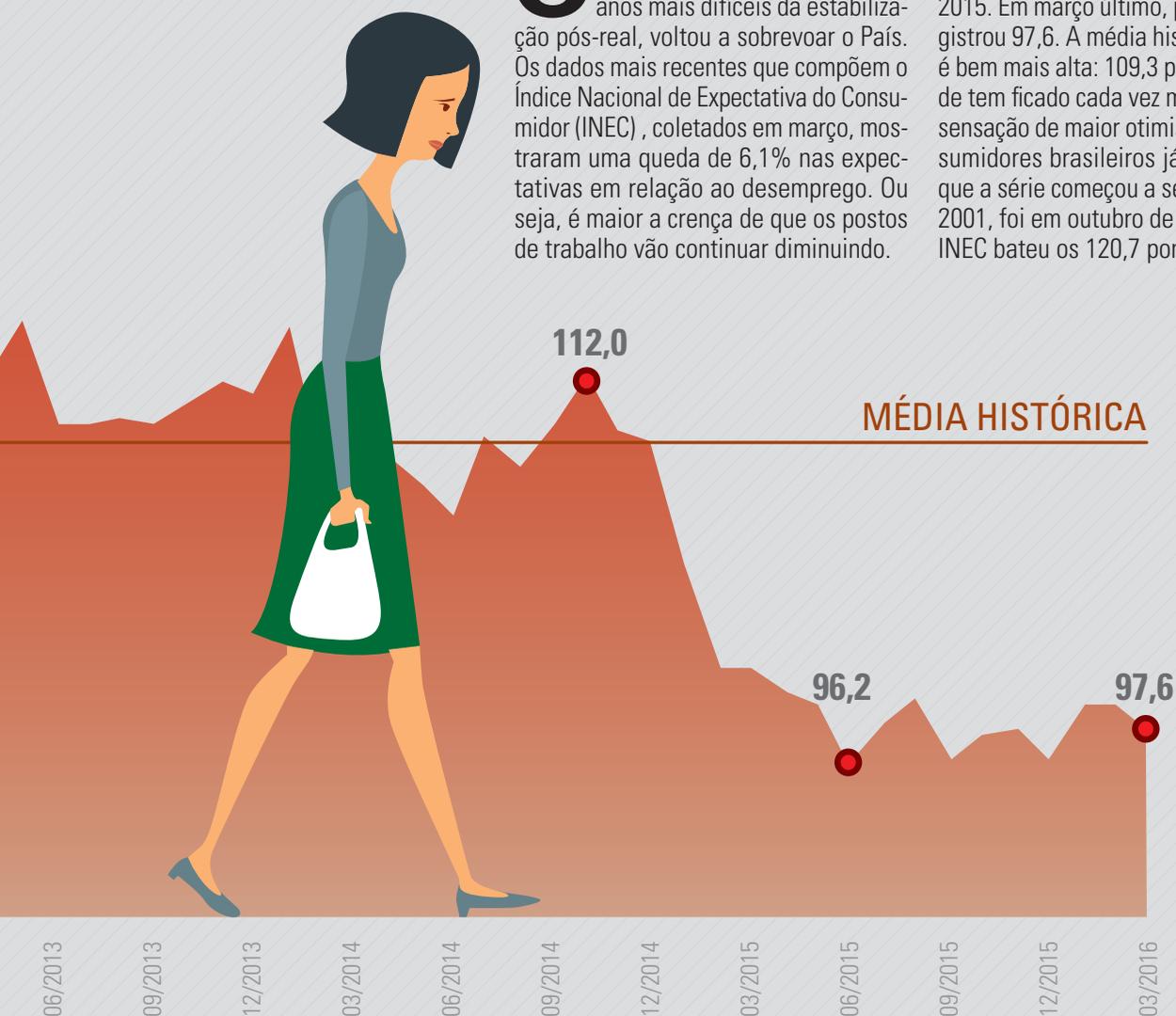


PESSIMISMO COMPLETA UM ANO

EM MARÇO, OS CONSUMIDORES BRASILEIROS MANIFESTARAM EXPECTATIVAS NEGATIVAS PELO 12º MÊS CONSECUTIVO NA PESQUISA DO INEC

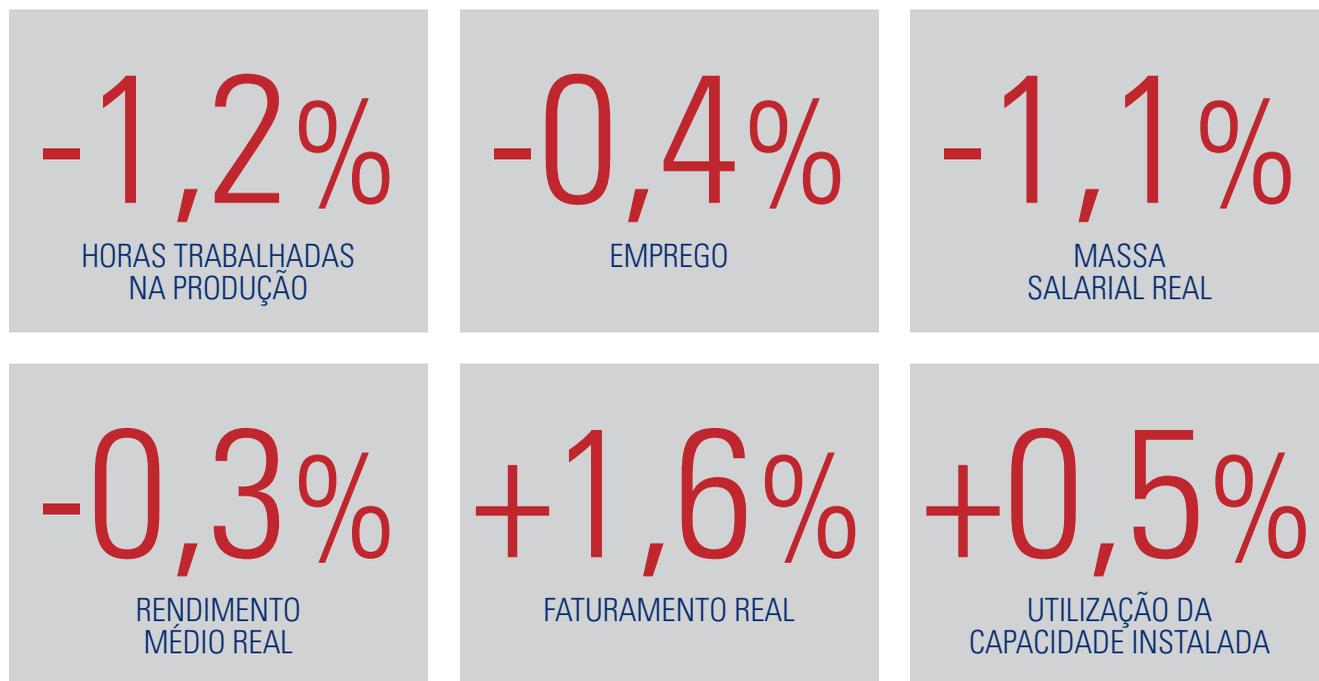
O fantasma do desemprego, que assombrou os brasileiros nos anos mais difíceis da estabilização pós-real, voltou a sobrevoar o País. Os dados mais recentes que compõem o Índice Nacional de Expectativa do Consumidor (INEC), coletados em março, mostraram uma queda de 6,1% nas expectativas em relação ao desemprego. Ou seja, é maior a crença de que os postos de trabalho vão continuar diminuindo.

O INEC tem marcado menos de 100 pontos, sistematicamente, desde abril de 2015. Em março último, por exemplo, registrou 97,6. A média histórica do índice é bem mais alta: 109,3 pontos. E o recorde tem ficado cada vez mais para trás. A sensação de maior otimismo que os consumidores brasileiros já tiveram desde que a série começou a ser calculada, em 2001, foi em outubro de 2010, quando o INEC bateu os 120,7 pontos.



ATIVIDADE INDUSTRIAL | RITMO REDUZIDO

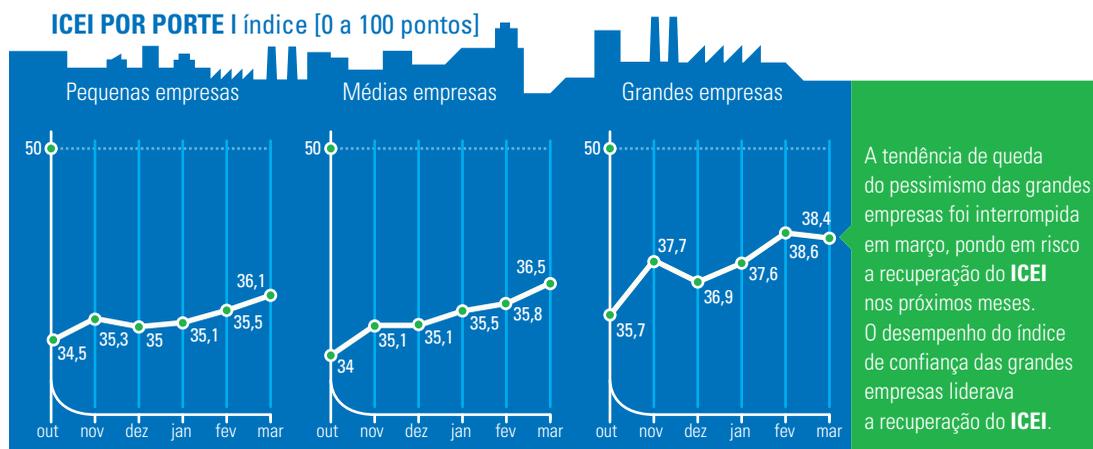
Todos os indicadores industriais ligados ao mercado de trabalho registraram piora, segundo relatório mais recente da CNI, divulgado em fevereiro. Houve quedas no emprego, na massa salarial real, no número de horas trabalhadas na produção e no rendimento médio real. Reações pontuais foram registradas no faturamento real e na utilização da capacidade instalada.



* Variação frente a janeiro com ajuste sazonal

CONFIANÇA DA INDÚSTRIA | DISCRETA RECUPERAÇÃO

Num contexto de mercado pessimismo e incertezas sobre o desempenho futuro da economia brasileira, o Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) mostrou leve recuperação nos três primeiros meses do ano, chegando em março a 37,4 pontos. Ainda longe dos 50 pontos que, segundo a metodologia do indicador, marcam um contexto de confiança empresarial. A confiança é menor no numeroso grupo de empresas pequenas e médias.



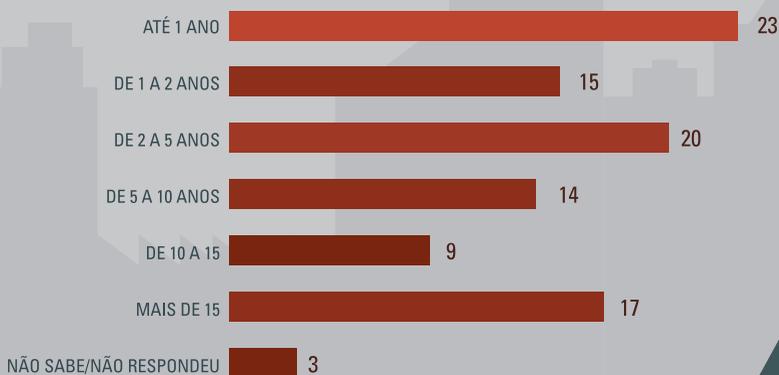
Indicadores abaixo dos 50 pontos sinalizam falta de confiança

MERCADO DE TRABALHO | ROTATIVIDADE ALTA

Metade dos brasileiros acredita que os trabalhadores mudam de emprego mais do que deveriam e quase 80% julgam que essa alta rotatividade prejudica a economia. Apenas um quarto dos trabalhadores entrevistados está no mesmo emprego há mais de 10 anos. Esse é um dos principais resultados da edição de março dos “Retratos da Sociedade Brasileira”. O Estado é o principal culpado por essa alta rotatividade, segundo os brasileiros entrevistados na pesquisa. A maior responsabilidade pelo turnover é do governo (31%) e das leis trabalhistas (24%). Empregados (21%) e empregadores (20%) têm responsabilidades equivalentes, de acordo com o estudo.

TEMPO TRABALHANDO PARA O MESMO EMPREGADOR

PERCENTUAL DE RESPOSTAS DOS BRASILEIROS QUE TRABALHAM [%]

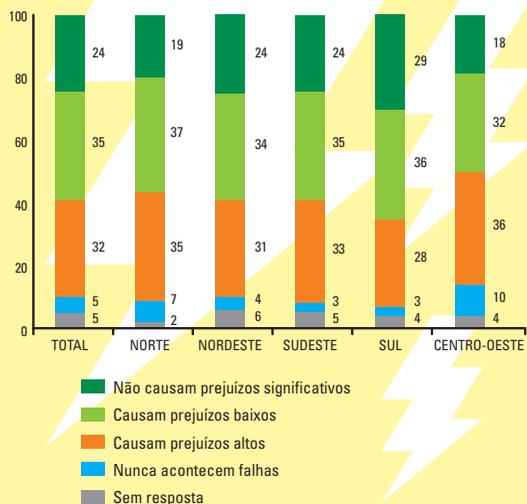


ENERGIA ELÉTRICA | FALHAS CAUSAM PREJUÍZOS

A série “Sondagem Especial” dedicou seu estudo de março a diagnosticar problemas decorrentes do fornecimento de energia na produção industrial brasileira. O resultado é chocante: 67% das empresas industriais brasileiras têm prejuízos significativos (alguns altos outros baixos) com frequentes falhas no fornecimento de energia elétrica. Além disso, o aumento dos custos dessa fonte energética em 2015 também sobrecarregou a indústria, afetando nove em cada dez empresas do setor. O estudo ouviu 2.876 empresas, de pequeno, médio e grande porte.

PREJUÍZO DE FALHAS NO SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

Percentual de respostas sobre total de empresas para as quais a energia elétrica é a fonte de energia mais utilizada no processo de produção [%]



OS NÓS DA INFRAESTRUTURA

ESTUDO DA CNI MOSTRA COMO OS GARGALOS LOGÍSTICOS PREJUDICAM AS EXPORTAÇÕES. ESPECIALISTAS DIZEM QUE CRISES POLÍTICA E ECONÔMICA AFASTAM INVESTIDORES

A infraestrutura de transporte insuficiente, deficiente e onerosa do Brasil, seja via terrestre, marítima ou aérea, constitui um dos principais obstáculos à ampliação das exportações. O baixo investimento do governo no setor e a insegurança do setor privado em investir no país, diante das incertezas políticas e econômicas, reduzem as perspectivas de melhoria do quadro a curto prazo.

O Brasil tem investido em infraestrutura de transportes apenas 0,6% do Produto Interno Bruto (PIB), enquanto nos países emergentes esse percentual é de 3,4%, em média. “Essa comparação, por si só, já mostra o quão deficitário é nosso investimento na infraestrutura de transporte”, diz o economista Carlos Campos, coordenador de Infraestrutura Econômica do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Segundo o presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), José Augusto de Castro, o custo elevado do transporte faz com que o país tenha condições de exportar produtos manufaturados basicamente para a América Latina, mais especificamente a Argentina. “Para mercados mais distantes, temos toda a dificuldade, porque, quanto mais longe, maior é o custo de logística e menos competitivo é o produto”, diz o presidente da AEB, que critica especialmente a escassez e má qualidade das rodovias e a quase inexistência de alternativas ferroviárias e hidroviárias.

No caso do sistema rodoviário, o mais utilizado no país, as estradas são precárias e não oferecem segurança ao transporte. O modal ferroviário precisa de integração e renovação. O setor portuário precisa ser ampliado. A previsão do governo é que o volume de cargas



Governo tem adiado
licitações das concessões
de terminais de portos e
de importantes rodovias



nos portos brasileiros cresça 103% até 2042, chegando a mais de 1,8 bilhão de toneladas, o que reforça a necessidade de acelerar a construção de novos terminais. No caso do transporte aéreo – meio mais utilizado para comercializar mercadorias de primeira classe para o exterior –, a falta de infraestrutura logística e a burocracia no transporte tornam demorada a liberação das mercadorias.

Estudo da Confederação Nacional da Indústria (CNI) mostra que a má qualidade da infraestrutura logística é um dos principais obstáculos às exportações brasileiras, inclusive para a América do Sul. Com base em pesquisa com empresas nacionais que exportam bens

manufaturados para outros países sul-americanos, a CNI identificou como maiores problemas a má qualidade da infraestrutura, além das barreiras tarifárias e não tarifárias à importação encontradas nos países de destino.

O estudo recomenda que o programa de integração da América do Sul seja “repensado”, estabelecendo objetivos “mais viáveis”. Sugere a concentração de esforços no estímulo à competição no mercado de transporte de cargas e na simplificação aduaneira e burocrática.

“Entendemos que, em anteposição ao que ocorre com as metas de infraestrutura, os esforços de integração e abertura do mercado de serviços de transporte têm sido muito tímidos e os

INVESTIMENTOS EM
INFRAESTRUTURA
REPRESENTAM

0,6%

DO PIB NO BRASIL

3,4%

DO PIB NOS PAÍSES
EMERGENTES

Fonte: Carlos Campos, coordenador de Infraestrutura Econômica do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

Transporte e logística
impulsionam a indústria



resultados ainda mais modestos. Essa é uma área politicamente complexa, mas que, por outro lado, depende apenas de alterações regulatórias. O mesmo ocorre com as aduanas. Não avançar nessas áreas é uma confissão de falta de compromisso efetivo com a integração”, diz o documento.

Para o economista Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), o Brasil só vai voltar a crescer de maneira substancial se atrair investimento para infraestrutura logística, que segundo ele é o setor com maior capacidade de gerar os empregos necessários e o dinamismo que farão a economia voltar a crescer. “O Brasil tem uma demanda reprimida de infraestrutura terrível, por isso é muito atraente para o investidor. Mas precisa ter credibilidade. O país não atrai investimento em infraestrutura logística por causa do risco regulatório”, analisa Pires.

Recentemente, o governo adiou licitações das concessões de terminais de portos do Pará e de importantes rodovias, por causa do receio de investidores com as incertezas políticas e econômicas que a crise brasileira tem gerado.

A CNI defende na Agenda Legislativa de 2016:



MPV 700/2015

Estabelece regras para registros públicos e desapropriação por utilidade pública



SCD 24/2015

Dá prioridade às iniciativas da indústria nacional em Programas de Eficiência Energética



PLS 52/2013

Estabelece marco legal para as agências reguladoras



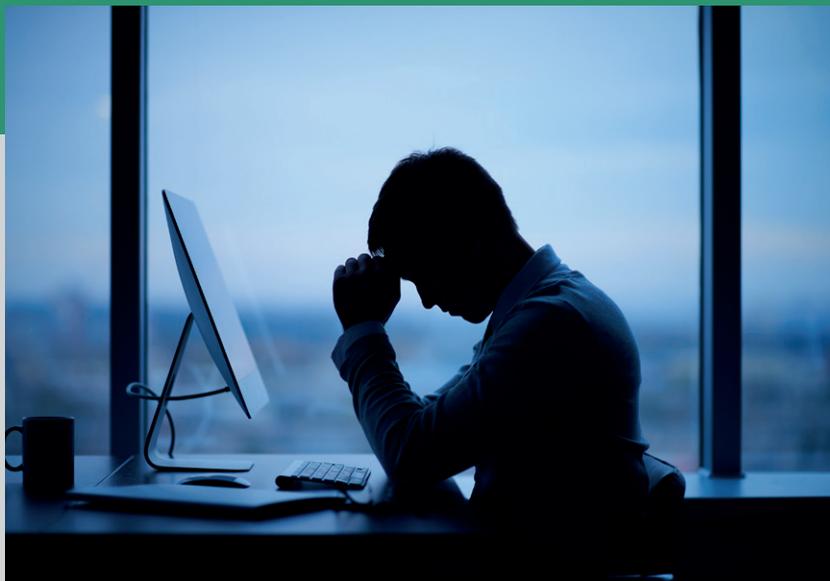
MINAS QUER AMPLIAR NEGÓCIOS INTERNACIONAIS

A indústria mineira conta agora com o Expand, programa de negócios internacionais da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG). Em formato one stop shop, a iniciativa oferece várias soluções e serviços num só programa, centrado em dar melhores e mais rápidas condições de instalação às empresas estrangeiras interessadas em investir no estado e ajudar as companhias mineiras que desejam entrar em mercados externos. Entre os serviços oferecidos estão consultoria em inteligência comercial, organização de missões empresariais no exterior para as empresas mineiras que buscam expandir seus negócios e assessoria que facilite o acesso a fontes de financiamento às estrangeiras que estão de olho no mercado mineiro.

PRÊMIO MARCANTONIO VILAÇA EM EXPOSIÇÃO

O Museu Histórico Nacional, localizado no Rio de Janeiro, recebe a exposição do 5º Prêmio CNI SESI SENAI Marcantonio Vilaça para as Artes Plásticas. A mostra traz trabalhos de cinco artistas que venceram a premiação, realizada no ano passado. Até o dia 12 de junho, será possível conferir vídeos, fotografias, desenhos, instalações e objetos de Berna Reale (Pará), Gê Orthof (Distrito Federal), Grupo Empreza (Goiás), Nicolás Robbio (São Paulo) e Virgínia de Medeiros (Bahia). Para o curador do certame, Marcus Lontra, o prêmio é uma mostra que reflete a diversidade estética característica da arte contemporânea. A exposição ainda conta com o projeto "Quando o tempo aperta", do carioca Raphael Fonseca, um dos curadores premiados em abril de 2015. O prêmio Marcantonio Vilaça para as Artes Plásticas é uma iniciativa da CNI, do SESI e do SENAI. A exposição está aberta de terça a domingo e a entrada é gratuita.





GUIA DA INDÚSTRIA DO MARANHÃO

A Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (FIEMA) elaborou o guia industrial do estado com dados atualizados de mais de 8 mil empresas do setor. A publicação apresenta informações como razão social, CNPJ, logradouro, CEP, telefone e ramo de atividade. O objetivo é apresentar a diversidade do setor industrial do estado do Maranhão, como forma de impulsionar um ambiente favorável a realização de negócios. O guia pretende servir como fonte de pesquisa para a prospecção de novos negócios e como subsídio para elaboração de diagnósticos do potencial produtivo.

OPORTUNIDADES DE NEGÓCIO COM EXÉRCITO NO PARANÁ

A Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP) reuniu oficiais do Exército para conhecer suas principais demandas por suprimentos e equipamentos. Para o coordenador do Comitê da Indústria da Defesa e Segurança do Paraná, Nelson Hübner, o encontro permitiu a empresas de vários setores entender melhor as demandas do Exército e organizar sua oferta. Uma característica importante nos negócios com as Forças Armadas é que as compras se dão por licitação, o que exige das empresas participantes maior atenção com documentos de habilitação e assistência jurídica. Para o presidente do Sistema FIEP, Edson Campagnolo, o evento é uma iniciativa importante para promover negócios em tempos de crise.

RORAIMA INCENTIVA A PESQUISA

A Federação das Indústrias do Estado de Roraima (FIER) abriu inscrições para a 4ª edição do Prêmio FIER de Redação e Artigo Científico. Além de incentivar a pesquisa e a produção de artigos científicos, o prêmio tem como objetivo chamar a atenção da comunidade escolar e acadêmica para as atividades industriais no estado, abordando temas que possuam relação direta ou indireta com o ambiente produtivo. Podem se inscrever estudantes matriculados do 6º ano do ensino fundamental aos alunos de qualquer curso regular do ensino superior, incluindo pós-graduação lato sensu ou stricto sensu.





As urbes do futuro terão melhor infraestrutura de comunicação e informação

CIDADES MAIS INTELIGENTES

Os países mais ricos do mundo precisam e podem avançar no estímulo e desenvolvimento de cidades inteligentes. É o que recomenda a Aliança B20, que reúne organizações empresariais e associações industriais dos países do G20, entre as quais a CNI. As indústrias são alicerces das cidades inteligentes, que para merecerem o adjetivo devem oferecer soluções inovadoras para desafios econômicos, sociais e ecológicos.

Estudo da Aliança B20 mostra que os países necessitam aumentar seus investimentos no desenho de estratégias para

um futuro cada vez mais digital e assegurar linhas de financiamento que constroam as urbes do futuro. Lançado pela

O G20 é o grupo que reúne os 19 países com as maiores economias do mundo mais a União Europeia.

Aliança no final de 2015, o documento “Cidades Inteligentes e Economia Digital” diz que mais investimentos em infraestrutura urbana e em tecnologias de

informação e comunicação (as TICs) podem garantir mais eficiência em mobilidade e logística, tecnologias de construção, depósito de lixo, energia e governança eletrônica – que facilita e torna mais ágil o acesso a serviços públicos por meio da internet.

Segundo o presidente da Câmara de Comércio do Canadá e da Aliança B20, Perrin Beatty, “soluções urbanas digitais podem conduzir a uma melhor condição de vida para todos”. Para a indústria, diz o estudo da Aliança, cidades inteligentes são oportunidades para aumento de eficiência e de competitividade.



Jogos Olímpicos também serão corrida por negócios

ATLETAS, TURISTAS E MUITOS EMPRESÁRIOS

ENTIDADES CRIAM PROJETOS E PLATAFORMAS

PARA AMPLIAR OPORTUNIDADES DE NEGÓCIOS

Durante os jogos olímpicos, o Brasil não vai receber apenas mais de 10 mil de atletas e 500 mil turistas. Vai receber também empresários de todo o planeta. Por isso, entidades do setor produtivo têm atuado para potencializar negócios durante o ciclo olímpico brasileiro.

No setor industrial, a CNI firmou convênio com o comitê organizador dos Jogos para incentivar a participação do setor produtivo nacional em projetos relacionados com o evento. Dados da Confederação mostram que das 1.250 empresas contratadas para fornecer bens e serviços à Rio 2016, 79% são brasileiras. Juntas, essas empresas fecharam com o Comitê Organizador dos Jogos negócios no valor total de R\$ 1,2 bilhão, em setores como os de infraestrutura temporária, tecnologia

da informação e, principalmente, serviços. Outros R\$ 500 milhões ainda estão sendo negociados.

Já a Câmara Internacional de Comércio (ICC, na sigla em inglês) estabeleceu parceria com a Câmara de Comércio do Rio de Janeiro e a Confederação das Associações Comerciais do Brasil para lançar uma plataforma digital chamado Business to Brazil (Negócios no Brasil) ou simplesmente BIZ2BR.

A proposta da plataforma BIZ2BR é justamente facilitar os contatos entre quem quer comprar e quem quer vender, antes, durante e depois do maior evento esportivo do mundo. Essa ferramenta faz o chamado match, ou seja, aproxima demandas e ofertas das empresas a partir de afinidades por áreas e produtos, numa perspectiva business to business (B2B), ou seja, de empresa para empresa.

Mansueto Almeida

GASTO PÚBLICO: CONTROLAR DESPESAS OU AUMENTAR IMPOSTOS

O ECONOMISTA MANSUETO ALMEIDA VÊ UM DILEMA CLARO PARA O FUTURO DA POLÍTICA FISCAL NO BRASIL: OU SE ESTABELECE UM CONTROLE RIGOROSO DE DESPESAS OU ESTAREMOS REFÉNS DE PRESSÃO POR NOVOS AUMENTOS NA CARGA TRIBUTÁRIA. “TODOS OS PARTIDOS DEFENDEM UM AJUSTE FISCAL E O FIM DA VINCULAÇÃO DA DESPESA À RECEITA, MAS FAZEM O CONTRÁRIO”, CRITICA O ESPECIALISTA, MESTRE EM ECONOMIA PELA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP) E TÉCNICO LICENCIADO DO INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA).



Mansueto Almeida, economista e técnico licenciado do IPEA

Como o senhor avalia o crescimento do gasto público no Brasil?

No governo federal, tem um crescimento do gasto estrutural desde o início da década de 1990, agravado nos últimos cinco anos com expansão da dívida para subsídios, programas novos e desonerações.

Como sair disso?

Muito difícil. Gerar superávit primário suficiente para estancar o crescimento da dívida, com o PIB negativo, é quase impossível. O ideal seria mudar regras que sinalizassem que lá na frente o gasto não vai crescer. Mas o governo não consegue avançar na agenda de curto prazo nem na de longo prazo.

Como a crise política afeta o problema fiscal?

Agrava em todos os sentidos. Torna quase impossível aprovar medidas de ajuste estruturais. O governo falava em enviar a reforma da Previdência ao Congresso até abril, mas deixou de lado. Também afeta a tentativa do governo federal de negociar dívidas de estados e municípios, em troca de maior controle da folha de pessoal em

troca de maior controle da folha de pessoal. Sem controlar o crescimento da despesa, teremos que aumentar continuamente imposto. Todos os partidos defendem um ajuste fiscal e o fim da vinculação da despesa à receita, mas fazem o contrário. No ano passado, o Brasil teve um gasto público total de 43% do PIB. A média dos países desenvolvidos é 39%.

Qual o papel do setor produtivo?

Nenhum país do mundo que fez opção de gastar muito com o social – caso do Brasil e de vários da Europa – tem fôlego para dar muito incentivo ao setor produtivo. A competitividade tem que vir do funcionamento eficaz e eficiente da economia. Precisa de infraestrutura e sistema tributário simples.

O país pode quebrar?

Não. Temos problemas, mas, quando comparados com os de outros países grandes em desenvolvimento, o Brasil tem vantagens, como economia muito diversificada, agricultura, indústria e setores de serviço e de minérios fortes.



Sem controle, ausências de funcionários podem causar prejuízos às empresas

GESTÃO CONTRA AS FALTAS

O absenteísmo – ausência do funcionário no horário de trabalho, seja por falta ou atraso – impacta diretamente as empresas diminuindo produtividade e elevando custos. Só em 2014, foram concedidos mais de 2,6 milhões de benefícios por doença ou acidente pela Previdência Social, que totalizaram um custo de R\$ 2,9 bilhões, em parte, pagos pelo empregador através do Seguro Acidente de Trabalho (SAT).

Pensando nisso, o Serviço Social da Indústria lançou o Programa Sesi de Gestão do Absenteísmo. O programa consiste em 5 etapas que ajudam a identificar, gerir e propor soluções que podem mitigar este problema (saiba mais sobre o programa no quadro ao lado).

Atualmente o serviço é oferecido em 14 estados e em breve será estendido a todo país. Para saber como contratar o serviço, acesse: www.sesi.org.br/absenteismo

O QUE O SESI OFERECE

1. AVALIAÇÃO INICIAL

Identifica o nível de gestão de absenteísmo de cada empresa e oferece soluções personalizadas de acordo com suas necessidades.

2. GESTÃO DOS AFASTAMENTOS

Apoia a estruturação de uma política de absenteísmo e oferece avaliações médicas especializadas que documentam o retorno ao trabalho e têm foco na contestação prévia de casos sujeitos à aplicação de Nexo Técnico Previdenciário indevido.

3. GESTÃO DE NEXOS PREVIDENCIÁRIOS

Monitora a concessão de benefícios previdenciários pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) e potencializa resultados favoráveis para a indústria por ocasião da perícia médica previdenciária.

4. GESTÃO DO FAP

Analisa o extrato anual do Fator Acidentário de Prevenção (FAP) e detalha os impactos financeiros dos acidentes e afastamentos na empresa no Seguro Acidente de Trabalho (SAT), além de possibilitar redução deste tributo, nos casos aplicáveis.

5. GERENCIAMENTO EPIDEMIOLÓGICO DOS AFASTAMENTOS

Realiza estudo descritivo dos afastamentos, mapeando sua distribuição e possíveis causas, além de sugerir soluções capazes de reduzir o absenteísmo.

INOVAÇÃO FORTALECE VOCAÇÕES REGIONAIS

Cada região do país tem sua própria vocação industrial, gerada por demandas e oportunidades específicas. E para que cada vocação industrial brasileira seja competitiva, os Institutos SENAI de Inovação desenvolvem soluções sob medida para organizações de grande, médio e pequeno porte.

Em todo o país, já são 16 unidades em funcionamento, com 150 projetos que

aumentam a produtividade e a competitividade da indústria local. Cada um desses institutos é um ambiente de contínua interação entre indústria, empreendedores, universidades, institutos de pesquisa e fontes de capital. Assim, acelera-se o fluxo de conhecimento científico e tecnológico, com resultados práticos, focados e, portanto, efetivos para as indústrias. Até 2017, serão 25 os Institutos, em 12 estados brasileiros.

*CONHEÇA ALGUNS
INSTITUTOS SENAI
DE INOVAÇÃO EM
FUNCIONAMENTO,
SINTONIZADOS COM A
VOCAÇÃO PRODUTIVA DA
REGIÃO ONDE ATUAM:*

DEFESA, EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (SP):
desenvolve inovações em defesa e segurança para as indústrias da defesa, aeroespacial, eletrônica, máquinas e equipamentos.

LOGÍSTICA, EM SALVADOR (BA):
oferece soluções em projetos e operações logísticas e gestão da cadeia de suprimentos para as indústrias de óleo & gás, química e petroquímica, entre outros.

BIOMASSA, EM TRÊS LAGOAS (MS):
oferece soluções em processamento de biomassa para os produtores de açúcar e etanol, papel e celulose, biocombustíveis e biodiesel e o setor químico.



ELOS MAIS FORTES

PROGRAMA DO IEL APROXIMA EMPRESAS DA CADEIA PRODUTIVA



Divulgação Bosch

A Bosch foi uma das 903 empresas já capacitadas pelo PQF

O Programa de Desenvolvimento e Qualificação de Fornecedores (PQF) do Instituto Evaldo Lodi (IEL) é uma via de mão dupla. Isso porque, a partir do programa, grandes empresas ganham em competitividade e os fornecedores, por sua vez, aumentam as vendas. A iniciativa, lançada em 2007, hoje está presente em 18 núcleos regionais do IEL.

O processo funciona assim: primeiro, o IEL identifica as empresas-âncoras, que são as compradoras, e faz visitas de sondagem. Depois, é feita uma listagem da cadeia produtiva e os fornecedores

recebem um convite para participar do programa. A etapa seguinte é a análise das empresas a serem qualificadas, a partir de requisitos definidos pelas empresas-âncoras.

A qualificação pode ocorrer a partir de seminários técnicos coletivos ou por meio de consultorias individuais para cada fornecedor. O trabalho envolve as áreas de gestão estratégica, financeira e comercial, gestão da qualidade, saúde e segurança no trabalho, gestão do meio ambiente e responsabilidade social. O PQF já capacitou 903 empresas

fornecedoras e trabalhou com 103 empresas-âncoras.

Um exemplo bem sucedido do programa ocorreu em 2013 com o grupo Bosch, de Campinas. A empresa atua no setor de produtos e serviços automotivos. Ricardo Penzin, gerente de Desenvolvimento de Projetos Empresariais do IEL de São Paulo, explica que no caso da Bosch houve treinamento de gestão financeira e de liderança para 25 fornecedores da multinacional. Na outra ponta, a Bosch repassou aos fornecedores conhecimentos em manufatura.

CONHEÇA O SISTEMA INDÚSTRIA

CNI

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) representa 27 federações de indústrias e mais de 1.200 sindicatos patronais, aos quais são filiadas quase 700 mil indústrias. Desde sua fundação, em 1938, atua na articulação com os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e com entidades e organismos no Brasil e no exterior.

SESI

O Serviço Social da Indústria (SESI) oferece, desde 1946, soluções para as empresas industriais brasileiras por meio de uma rede integrada, que engloba atividades de educação, segurança e saúde do trabalho e qualidade de vida.

SENAI

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) é um dos cinco maiores complexos de educação profissional do mundo e o maior da América Latina. Desde 1942, seus cursos já formaram quase 70 milhões de trabalhadores profissionais para a indústria.

IEL

O Instituto Euvaldo Lodi (IEL) prepara as empresas brasileiras para um ambiente de alta competitividade. Criado em 1969, oferece soluções em gestão corporativa, educação empresarial e desenvolvimento de carreiras.

MÍDIAS SOCIAIS

CNI

<https://www.facebook.com/cnibrasil>
<https://www.flickr.com/photos/cniweb>
<https://instagram.com/cnibr/>
https://twitter.com/cni_br
<https://www.linkedin.com/company/confedera-o-nacional-da-ind-stria-cni->

SENAI

<https://www.facebook.com/senainacional>
https://www.instagram.com/senai_nacional/
<https://twitter.com/senainacional>
<https://www.youtube.com/user/senaibr>

SESI

<https://www.facebook.com/SESINacional>
<https://www.youtube.com/user/sesi>

IEL

<https://www.facebook.com/IELbr>
<https://www.instagram.com/ielbr/>
https://twitter.com/iel_br
<https://www.linkedin.com/company/instituto-euvaldo-lodi>



Iniciativa da CNI - Confederação Nacional da Indústria



Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA